

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

Soraya Simone Martins de Araújo

**O PROFESSOR COMO SUJEITO DE INCLUSÃO**

Belo Horizonte

2015

Soraya Simone Martins de Araújo

## **O PROFESSOR COMO SUJEITO DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Profa. Dra. Libéria Rodrigues Neves

Belo Horizonte

2015

Soraya Simone Martins de Araújo

## **O PROFESSOR COMO SUJEITO DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Profa. Dra. Libéria Rodrigues Neves

Aprovado em 9 de maio de 2015.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Libéria Rodrigues Neves – Faculdade de Educação da UFMG

---

Ernesto Andres Anzalone Vazquez – Faculdade de Educação da UFMG

## **RESUMO**

Este trabalho teve por objetivo analisar o papel do professor enquanto sujeito de inclusão. Trata-se de um trabalho com uma estrutura de pesquisa qualitativa apoiada numa estrutura de pesquisa participante, voltada e preparada para a realização de um estudo de caso descritivo e observacional. O estudo de caso, aqui realizado, foi planejado a partir do desenvolvimento de um plano de ação, dentro da instituição de ensino, em uma determinada sala de aula, através da observação e descrição do processo de aprendizagem e desenvolvimento de uma determinada criança junto com seus pares. Para referencial teórico foram estudados autores da área da Educação Inclusiva como Márcia Denise Pletsch, Rossana Ramos, Maria Aparecida Leite Soares, Dayse Campos de Sousa e outros, no intuito de se compreender o que é educação inclusiva, a sua prática em sala de aula, as dificuldades dos docentes, dentre outros. Foram aplicados questionários para cinco professoras, duas auxiliares de apoio a inclusão, a mãe e a criança em questão. Através das análises realizadas sobre as respostas das professoras e auxiliares foi possível listar as dificuldades enfrentadas por cada segmento em relação à inclusão. Os resultados demonstraram que, para implementar um processo de inclusão efetivo, o trabalho entre professor, auxiliar e família deve ser executado em equipe, oferecendo aulas especializadas extra turno, um monitor para cada criança com deficiência, bem como mudança na postura do professor que passa a ser um sujeito de inclusão.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; professor; sujeito; inclusão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>1. O CAMINHO DA INCLUSÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1 A educação inclusiva e seu amparo legal .....	12
1.2 A inclusão na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte .....	17
1.3 O processo de inclusão na Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI.....	20
<b>2. UM PLANO DE AÇÃO</b> .....	<b>22</b>
2.1 A Paraplegia Espástica .....	24
2.2 O caso Mariana .....	25
2.3 Estudos para um caso.....	29
A) Questionário para professores .....	31
B) Questionário para Auxiliares de Apoio à Inclusão .....	37
C) Questionário para a mãe.....	40
D) Entrevista com Mariana .....	45
<b>3. O PROFESSOR COMO SUJEITO DA INCLUSÃO</b> .....	<b>48</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>55</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>57</b>
<b>TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO</b> .....	<b>62</b>
<b>DECLARAÇÃO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>62</b>
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROFESSORES</b> .....	<b>63</b>
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA: AUXILIAR DE INCLUSÃO</b> .....	<b>64</b>
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA: MÃE</b> .....	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

A escolha por esse tema de pesquisa surgiu diante das minhas angústias e ansiedades de possuir em minha sala de aula uma criança com Paraplegia Espástica. O que fazer com essa criança e como, de fato incluí-la em minhas práticas pedagógicas.

Muitas vezes não sabemos como nos comportar quando recebemos em sala de aula uma criança com deficiência física. O medo de não ter conhecimentos específicos sobre a enfermidade da criança nos paralisa, e pensamos se estamos ou não preparados para atuarmos como sujeito de inclusão.

Talvez a falta de formação adequada nos coloque em situações desconfortáveis no nosso cotidiano. Mas será esse o ponto mais eficaz de fazer acontecer a inclusão? Enquanto professores graduados, saímos habilitados para trabalhar com inclusão?

Baseado na dificuldade que o professor e auxiliares de apoio à inclusão enfrentam no dia a dia diante da perspectiva de ter alunos com necessidades educacionais especiais deu-se início a esse trabalho.

No primeiro capítulo é feito um levantamento histórico dos caminhos da inclusão, de um modo geral. Iniciando o capítulo, é imprescindível reconhecer a educação como Direito Humano. Direitos humanos são aqueles comuns a todos sem distinção alguma de etnia, nacionalidade, sexo, classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral.

A história recente, da metade do século XX para cá, fez valer os Direitos Humanos, criando organizações mundiais que defenderiam os mesmos direitos e deveres a todos os cidadãos. Entre os direitos garantidos está a participação na vida social e a conseqüente integração escolar aos cidadãos com necessidades especiais.

A Educação Inclusiva tem seu amparo legal fundamentado em leis. No Brasil pode-se dizer a primeira Constituição, promulgada em 1824, foi o primeiro documento oficial que abordou o direito à educação.

Na Constituição de 1934, a educação era vista como um direito de todos devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Já em 1937, com a

promulgação da nova Constituição, o ensino primário é obrigatório e gratuito. Porém, essa gratuidade é vista com outro olhar, uma vez que era cobrada uma contribuição mensal dos menos afortunados.

Nas constituições de 1937 e 1988 a educação é vista como um direito de todos, porém para a educação especial nada foi apresentado claramente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, foi um documento importantíssimo para a reformulação da constituinte de 1988 dando uma nova perspectiva para a educação como um todo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos universalizou a oferta de educação escolar, com preocupação latente por uma educação menos excludente.

Alguns documentos importantes foram discutidos ao longo do capítulo até chegarmos nos caminhos da inclusão na rede Municipal de ensino de Belo Horizonte. Discutimos a política de inclusão da Prefeitura de Belo Horizonte, a maneira como é organizada as equipes de trabalho de inclusão do município até chegar na Unidades Municipais de Educação Infantil.

No capítulo 2 é traçado o plano de ação do trabalho de conclusão de curso. O qual consiste em estudar um caso a partir da busca de informações, observações e ações que possam culminar em práticas que esclareçam o papel do professor como sujeito da inclusão. É um trabalho com uma estrutura de pesquisa qualitativa apoiada numa estrutura de pesquisa participante, voltada e preparada para a realização de um estudo de caso descritivo e observacional.

O estudo de caso, aqui realizado, foi planejado a partir do desenvolvimento de um plano de ação, dentro da instituição de ensino, em uma determinada sala de aula, através da observação e descrição do processo de aprendizagem e desenvolvimento de uma determinada criança junto com seus pares. Descreve-se as características da turma, a postura da professora e auxiliar de apoio a inclusão diante da situação de ter uma aluna com Paraplegia Espástica e um breve histórico da doença em questão.

Descrevemos as observações feitas sobre a criança. Há um relato da vida da criança a partir do momento em que é matriculada na Unidade Municipal de Educação Infantil. Além disso, fazemos a análise dos questionários aplicadas às professoras com alunos de inclusão, Auxiliares de Apoio a Inclusão e com a mãe da

aluna. Para finalizar o estudo de caso, encerramos essa etapa do trabalho com uma entrevista com a própria criança.

No capítulo 3 o tema abordado é o professor como sujeito de inclusão. Após analisar os questionários, podemos reconhecer qual o papel do professor diante da inclusão e estabelecer qual trabalho será exercido pela Auxiliar de apoio à inclusão. Ressaltando que quando se trabalha em equipe o resultado é muito mais satisfatório.

É de suma importância que o professor inclusivo observe seu aluno com deficiência, amplie seu olhar, aproxime-se desse estudante e o conheça, entendendo que assim como os outros alunos, ele também tem sonhos e desejos.

## 1. O CAMINHO DA INCLUSÃO

Para falarmos sobre educação inclusiva, é de suma importância que se tenha em mente a ideia de educação como Direito Humano. E assim compreendermos os avanços dessa ideia na nossa história.

Conceber a educação como Direito Humano diz respeito a considerar os homens em sua vocação ontológica de querer diferenciar-se dos demais seres vivos, buscando superar sua existência no mundo. Para isso, utiliza-se do trabalho, transforma a natureza e convive em sociedade.

Haddad<sup>1</sup> (2003) afirma que a educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada num sistema geral, que implica na educação escolar, mas que não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte do ser humano. Isto pode ocorrer no âmbito familiar, na sua comunidade, no seu trabalho, junto com seus amigos. Esses processos educativos permeiam a vida de todos.

No sistema escolar, as aprendizagens básicas são desenvolvidas, os conhecimentos essenciais são transmitidos, normas e habilidades são ensinadas e aprendidas. Ter acesso à educação escolar é base essencial para garantia de outros direitos; ou seja, o sujeito que passa pela escola normalmente é um cidadão que possui melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política, entre outros).

No Brasil, este direito há muitos anos está estabelecido em leis, diferentemente de muitos países em desenvolvimento. A legislação afirma claramente, tanto na Constituição Federal, quanto na LDBEN<sup>2</sup>, que o Ensino Fundamental é um direito de todos, independentemente da faixa etária. E esse direito vem sendo estendido para a educação básica como um todo – incluindo o Ensino Médio e a Educação Infantil. No entanto, o que ainda temos visto são muitas crianças, menores de 6 anos, fora da escola, bem como muitos jovens maiores de 14 anos.

---

<sup>1</sup>Relator Nacional para o Direito à Educação.

<sup>2</sup>Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional

Pode-se dizer, exclusão social faz parte da nossa e de várias culturas, verificada nas diversas camadas socioculturais. De acordo com Sousa:

Desde a Antiguidade o diferente, o estranho, o insólito foram excluídos do mundo social e, até mesmo, do mundo dos vivos, como atesta a permissão dada pela sociedade de Esparta, na Grécia, para se jogar as crianças deficientes despenhadeiro abaixo (...). (2004, p.154)

A Revolução Francesa, de acordo com Sousa (2004), com sua ideologia de Liberdade, Igualdade, Fraternidade, trouxe certa compaixão, em nome da razão, aos deserdados que fugiam os padrões propostos pelas regras sociais da época. Os rejeitados passaram a ser acolhidos em manicômios e asilos religiosos.

Sendo assim, a escolarização dessas pessoas passou a ser gerida pelo Estado, com a criação dos primeiros institutos nacionais especializados em Paris: o Instituto dos Surdos-Mudos e o Instituto para os Cegos de Nascimento. Havia de comum entre esses institutos e hospícios a criação de espaços segregados; ao mesmo tempo em que se diferenciavam na perspectiva de recuperação e de aprendizagem e a condição de que nem todos os alunos fossem obrigados a permanecer em regime de internato.

A ambiguidade entre a correção das dificuldades geradas pela deficiência do indivíduo atendido nesses espaços e a aprendizagem escolar também esteve presente desde o seu surgimento permanecendo nos dias atuais.

Não muito distante de nossa realidade, no Estado de Minas Gerais, vivenciamos por décadas o temível Hospício de Barbacena. Além da segregação, o depósito desumanizador de pessoas com problemas mentais, os indesejados e também os desafetos, tornou-se evidente. Os doentes que não tinham família eram rotulados de crônicos sociais e ficavam confinados para sempre. Ficou conhecido pelo documentário *Em nome da razão – um filme sobre os porões da loucura*, do cineasta Helvécio Ratton, produzido no ano de 1979.

Nesse período, na área educacional, foram criadas as Escolas Especiais e as salas especiais inseridas nas escolas de 1º grau, atualmente denominadas de escolas de Ensino Fundamental.

As primeiras leis que regulavam a educação no Brasil tratavam a educação especial com caráter de reabilitação. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61), em seu artigo 88, referia-se à educação de excepcionais, devendo essa modalidade de ensino enquadrar-se no sistema geral de educação. Sua principal função era de

integrar esses alunos à comunidade. As instituições privadas que conseguiam cumprir essa exigência em relação à educação dos excepcionais, recebiam incentivos do governo, tais como bolsas de estudos, empréstimos e subvenções.

Em 1971, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 5692/71), a educação especial passou a ser vista como uma modalidade de ensino que sanasse as dificuldades de aprendizagens de alunos com deficiências físicas ou mentais.

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (LDB 5692/71)

O atendimento especializado seguia diversos moldes de acordo com a região do país, predominando o isolamento e o agrupamento das crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais com seus iguais em deficiências físicas e mentais.

Cabral (1988), em uma oportunidade de trabalho em uma escola de Belo Horizonte, constatou a precariedade com que eram tratadas essas crianças e a forma como eram excluídas. As salas eram locais isolados do corpo da construção escolar, geralmente em antigos depósitos de materiais e sem ventilação adequada.

O autor pode constatar também que a escolha da professora regente dessas salas especiais acontecia de maneira preconceituosa. Muitas vezes a eleita para trabalhar com esses alunos era a professora mais jovem e inexperiente, haja vista que as crianças passariam anos na mesma turma e que não iriam aprender nada.

O conceito de educação especial tem sido utilizado de forma abrangente, englobando processos de reabilitação e de escolarização, com ênfase no primeiro aspecto.

De acordo com Soares (2012), se a minimização das dificuldades intrínsecas de alunos com deficiências é condição para uma melhor aprendizagem escolar, por outro lado, ela não é suficiente.

O predomínio da visão de reabilitação das deficiências dos alunos, ou seja, a criação de dispositivos e procedimentos que possibilitam uma superação das dificuldades apresentadas, em detrimento da aprendizagem escolar, tem sido um norteador da história da educação especial.

A história recente, da metade do século XX para cá, fez valer os Direitos Humanos, criando organizações mundiais que defenderiam os mesmos direitos e deveres a todos os cidadãos. Entre os direitos garantidos está a participação na vida social e a consequente integração escolar aos cidadãos com necessidades especiais.

## 1.1 A educação inclusiva e seu amparo legal

Pode-se dizer a primeira Constituição Brasileira, promulgada em 1824, foi o primeiro documento oficial que abordou o direito à educação no Brasil.

TITULO 8º Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros.  
Art. 179 A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, são garantidos pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.  
XXXII. A Instrução primaria, e gratuita, a todos os Cidadãos<sup>3</sup>.

Segundo Sousa (2004), quando o texto se referia a todos os cidadãos, não estava tratando toda a população, pois excluía a classe trabalhadora, constituída na sua maioria de escravos. O texto constitucional daquela época somente se comprometia com os brasileiros da elite sociopolítica do país.

A escola pública defendida nessa Constituição ensejava um caráter excludente, pois selecionava dentre a população apenas os indivíduos que pertenciam a setores produtivos da sociedade.

Na Constituição de 1934, a educação era vista como um direito de todos devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Não há referência a que tipo de educação seria oferecida aos brasileiros ou estrangeiros domiciliados no país.

Já em 1937, com a promulgação da nova Constituição, o ensino primário é obrigatório e gratuito. Porém, essa gratuidade é vista com outro olhar.

Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não

---

<sup>3</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm#art179](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm#art179)

alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar<sup>4</sup>.

Surge em 1946, com sua Constituição, um novo sentimento relacionado à educação, baseado nos princípios de liberdade e solidariedade humana com um desejo de assegurar, aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar. Fato que pode ser verificado no Artigo 166 desta Constituição, onde se declara que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana<sup>5</sup>”.

Esse olhar sobre a educação pública do país perdurou por muitos anos. Até a promulgação da Constituição de 1988, a educação era vista como um direito de todos, embora nada se apresente explícito com relação à educação especial. Havia uma preocupação com os mais necessitados financeiramente, que tinham seus direitos educacionais garantidos a partir da solidariedade dos menos necessitados. De qualquer forma, a educação da época era considerada excludente, pois todos tinham direitos, mas poucos usufruíam deles.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, buscou modificar a visão excludente da educação pública. Numa intenção democrática, assegurou a todos uma educação sob a perspectiva humanitária, demonstrando uma preocupação com as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Essa reformulação na legislação vigente no país deu-se com o impacto gerado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

A Constituição Federal de 1988, sofrendo impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, fora elaborada no contexto democrático do processo universal de inter-relação dos povos advindo da era da globalização e da projeção informatizada dos sistemas donde não mais concebia a visão antiga de isolamento dos povos ou nações. (SOUSA, 2004, p.16)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos universalizou a oferta de educação escolar, com preocupação latente por uma educação menos excludente.

Artigo XXVI - Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional

---

<sup>4</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)

<sup>5</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)

será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. (*in*: SOUSA, 2004, p.17)

Em 1975, a Assembleia Geral das Organizações Unidas (ONU), com o intuito de assegurar às pessoas com necessidades especiais o direito à dignidade prevista na Declaração universal dos Direitos Humanos, cria a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.

Proclama esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos:

6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e assistência, aconselhamentos, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social. (*in* SOUSA, 2004, p.19)

Sendo assim, no Brasil surgem com a Constituição Federal de 1988, as garantias de se cumprir e respeitar as pessoas com necessidades educacionais especiais. A referida Lei, no inciso III do artigo 59 definiu que o direito à educação de alunos com deficiências deveria ser cumprido preferencialmente por seu acesso à rede regular de ensino. E reforça qual o dever que o Estado possui mediante a situação.

Art, 208- o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Constituição Federal de 1988)

Soares (2012) enfatiza que a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino obrigou o legislador a prever a formação não só do professor especializado, como também preparar os professores do ensino regular a fim de estarem aptos a receber esses alunos em salas de aula comuns.

Em 1990, foi realizada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. A finalidade deste documento seria efetivar a aplicação dos direitos quanto ao acesso escolar, a fim de reduzir desigualdades.

Art. 3 - Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade.

1- A Educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. (*in* SOUSA, 2004, p.20)

Faltava, nesse contexto, um tratado para assuntos específicos da educação inclusiva.

Realizado em Salamanca, na Espanha, um encontro entre 92 países e 25 organizações internacionais, no período de 7 a 10 de junho de 1994, reafirmando o compromisso assumido em prol da Educação para Todos, culminou numa declaração que tratou dos princípios, políticas e práticas educativas sobre a inclusão escolar.

Talvez o documento de maior importância no movimento para uma educação inclusiva, a Declaração de Salamanca aborda a necessidade e urgência da educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, atendidas no sistema de ensino regular.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades. (*in* SOUSA, 2004, p.22)

Inspirada na Constituição Federal e nos documentos internacionais, a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), significa a principal referência legal, no Brasil, que trata da educação inclusiva. De acordo com a referida Lei a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na escola.

Art. 4. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:  
III – Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;  
Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais.  
§ 1º haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.  
§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Quando a educação especial é assim colocada refere-se ao atendimento educacional especializado. Constitui o atendimento especializado o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais); código de Braille para leitura e escrita, e orientação e mobilidade para pessoas cegas; o aprendizado de alternativas de comunicação para pessoas com alterações de fala e outras alterações motoras importantes. Esse

atendimento especializado deve ser oferecido fora do turno escolar para não substituir as vivências e aprendizados próprios da escola regular, comuns a todas as crianças e adolescentes.

Quase uma década após a promulgação da LDBEN, criou-se o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas portadoras de deficiência (PAED) - Lei nº10. 845/04, visando garantir a prática inclusiva no Brasil.

Art.1. Fica instituído, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PAED, em cumprimento do disposto no inciso III do art. 208 da Constituição, com os seguintes objetivos:

I. Garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;

II. Garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular.

Todas essas ações vêm contribuindo para se pensar uma Escola Inclusiva capaz de gerar uma sociedade inclusiva.

O mundo globalizado em que vivemos determina padrões de comportamento, de conduta, de rendimento para que alguém seja aceito socialmente. Ao eleger um modelo padrão, excluem-se todos os que não correspondem ao modelo ideal.

Segundo Mrech (2003), o mundo atual nos impõe uma sociedade global, um agir e um pensar iguais em todos os contextos sociais. As singularidades e exceções acabam por serem excluídas.

Escola Inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino aos alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades.

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando sua organização favorece a todos os alunos, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência ou condição social.

Para que uma escola se torne inclusiva, há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares, comunidade, auxiliares de serviços gerais, monitores auxiliares e outros. Ramos (2010, p.43) alerta que “o preparo de todos os

funcionários da escola é o que proporciona o êxito da inclusão. De que adianta o professor ser capacitado a desenvolver seu trabalho se aqueles que estão no entorno não se apercebem do processo? ”.

A educação inclusiva atenta para a diversidade inerente à espécie humana; busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Com força transformadora, a educação inclusiva, pode-se afirmar, aponta para uma sociedade inclusiva.

## **1.2 A inclusão na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte**

A partir dessa mudança de paradigma, vai-se construindo mudanças ideológicas e práticas em cada região do país, cada município, cada unidade de ensino.

Segundo a política educacional da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (PBH), a educação inclusiva não se refere restritamente a um novo enfoque na educação das pessoas com deficiência. Trata-se do direito de todas as crianças ao convívio social e do direito ao aprendizado que esse convívio proporciona. Parte-se do princípio de que a educação se faz na escola, com pessoas iguais e diferentes.

Justamente por terem alguma deficiência visível que elas (deficientes) precisam de escolas comuns, para que possam conviver com pessoas potencialmente mais capazes e, dessa forma, construir um referencial mais próximo da realidade. (RAMOS, 2010, p.62)

A fim de organizar o trabalho desenvolvido pelas equipes de apoio à inclusão da PBH, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) dividiu-as em grupos e funções distintas.

A Gerência de Coordenação Pedagógica e de Formação (GCPF) – Núcleo de Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiências, localizada na SMED, é responsável pela proposição e gestão de estratégias que compõem a Política Educacional do Município de Belo Horizonte, e que visam à garantia de educação inclusiva para os estudantes com deficiência física, intelectual, visual, auditiva, múltipla, síndromes que acarretam deficiências, transtornos globais de desenvolvimento (TGD), condutas típicas e altas habilidades.

A SMED fica responsável por possibilitar a formação continuada dos professores da rede de ensino para o processo de educação inclusiva. E por ser o órgão central da educação na PBH, a SMED atua também como agente fiscalizador das funções atribuídas a cada equipe.

A Gerência Regional de Educação (GERED) oferece o apoio à inclusão através da gestão e monitoramento das estratégias estabelecidas pela Secretaria. Além disso, são oferecidos subsídios, orientação e formação aos professores, auxiliares de apoio à inclusão e familiares dos alunos matriculados em todos os ciclos de aprendizagem.

Esses profissionais vão à escola de tempos em tempos, ou quando o professor solicita, para acompanhar o trabalho que está sendo desenvolvido com os alunos com deficiências.

Os estudantes com deficiências visuais possuem uma equipe única de acompanhamento. A Gerência de Coordenação do CAP (GCCAP) tem como função garantir o acesso aos recursos didáticos e avaliações para estudantes com baixa visão ou cegos; a formação específica no Atendimento Educacional Especializado (AEE); e supervisionar os trabalhos na área de deficiência visual.

O AEE é um atendimento disponibilizado aos alunos com deficiências, oferecido nas escolas municipais de educação básica. Em turno oposto ao da escola em que estão matriculados, os alunos são atendidos de acordo com a demanda e real necessidade de cada um. Para esse atendimento é necessário que o aluno seja indicado pela escola e que, após uma avaliação dos responsáveis pela inclusão da Regional a que pertence a criança, a atendente do AEE vai até a escola com o intuito de avaliar a necessidade do educando. Não basta ter uma deficiência, é preciso passar por uma avaliação para saber se há ou não o direito ao atendimento especializado.

O atendimento é realizado em salas dotadas de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos. Os profissionais que atuam nessas salas são professores da PBH que recebem formação para trabalhar com alunos com deficiência por meio de atendimento especializado.

Esses profissionais atuam identificando, elaborando e organizando recursos pedagógicos e estratégias, considerando as necessidades específicas de cada

aluno. A partir de uma análise criteriosa, constroem um plano de ação para minimizar ou eliminar as dificuldades encontradas, com o objetivo de proporcionar melhor acesso ao conhecimento e à participação na escola.

Na Regional Norte, as salas do AEE são estabelecidas em cinco escolas: Escola Municipal Acadêmico Vivaldi Moreira, Escola Municipal Florestan Fernandes, Escola Municipal José Maria dos Mares Guia, Escola Municipal Francisco Magalhães e Escola Municipal Josefina Souza Lima.

Cabe ainda destacar que os alunos de inclusão são matriculados nas escolas regulares de acordo com a sua idade cronológica. Isso porque a criança com deficiência necessita construir sua identidade social, conviver com seus pares.

Atuando juntamente com o Professor Regente há o Auxiliar de Inclusão. São profissionais contratados pela Caixa Escolar a fim de garantir o atendimento às necessidades funcionais dos estudantes com deficiência que não tenham autonomia para atividades de vida diária, considerando: locomoção, cuidados de higiene, utilização do banheiro, uso de utensílios para alimentar-se, mediação para uso de recursos de comunicação alternativa, uso de equipamentos para respiração, sondas ou bolsas coletoras que necessitam ser manuseadas no tempo de permanência na escola. Nas turmas em que há crianças com deficiência, a direção da escola faz um pedido à Gerência Regional de Educação que autoriza, ou não, a contratação desse profissional, a partir da avaliação das demandas.

É um profissional de extrema importância para o trabalho com alunos com deficiência, pois eles ajudam o professor regente no desenvolvimento de atividades pedagógicas junto aos alunos. Também auxiliam na organização da rotina da sala a fim de atender às necessidades especiais do aluno por ele assistido.

Trata-se de um facilitador da inclusão no sentido de colaborar para que o aluno permaneça em tempo integral em sala de aula, com as mesmas atividades feitas pelos colegas da turma, utilizando-se de recursos pedagógicos selecionados para a deficiência em questão.

Mas, cabe destacar, mesmo com o auxiliar mais próximo ao aluno, a responsabilidade com o processo educacional do aluno de inclusão permanece sendo do professor regente. O auxiliar não pode substituir o professor em sua ausência.

### **1.3 O processo de inclusão na Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI**

Criada pela Lei 8679/2003, dentro do Programa Primeira Escola, a Unidade Municipal de Educação Infantil veio atender a um anseio da população de Belo Horizonte, que até então não contava com Escola Infantil pública em horário integral.

A meta do programa era construir 160 unidades de ensino para atender às crianças carentes na cidade. As demais unidades, construídas ao longo da década que se segue, foram escolhidas pelo Orçamento Participativo.

A importância desse projeto e o motivo pelo qual é referência no Brasil residem no fato de, pela primeira vez, arquitetos, engenheiros e pedagogos se reuniram para pensar um padrão de instituição que tivesse a lógica da criança. Em toda a organização física dos espaços, a construção, as cores, tudo foi pensado na criança.

Com o passar dos tempos e a ocupação das crianças e o próprio funcionamento, verificou-se que eram necessárias algumas adaptações em partes do projeto que sofre reelaboração em cada obra concluída.

Esta iniciativa se adianta à alteração da Lei N° 9.394/96, por meio da Lei N° 12.796 de Abril de 2013, que, em seu artigo 3°, determina:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
  - a) pré-escola;
  - b) ensino fundamental;
  - c) ensino médio;
- II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

Ampliando, desse modo, a abrangência desse direito público subjetivo extensivo a todos os cidadãos, independente da classe social, raça ou credo. Logo, a educação especial é uma modalidade a ser oferecida em todos os níveis de ensino. Isto significa dizer que não possui um caráter substitutivo desses níveis.

Para ser matriculada em Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI's), a família precisa realizar um cadastro para sorteio em uma data posterior. O processo acontece em toda rede municipal de ensino. As crianças com deficiência e as crianças com medidas protetivas têm prioridade no sorteio. Para estas, a vaga é garantida sem necessidade de passar por um sorteio público.

O responsável pela matrícula da criança responde a um questionário socioeconômico detalhando informações da vida da criança e de sua família. Em caso de deficiência, solicita-se aos pais que apresentem um laudo médico da criança especificando a doença, se for o caso, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID).

O professor que fica responsável por uma criança com deficiência recebe na escola a comunicação, de forma verbal, onde é repassada a ficha do aluno pela secretária da instituição de forma sucinta, como por exemplo: “\_ *Amanhã, chegará a sua turma uma criança com deficiência.*” A professora preenche junto aos pais ou responsáveis uma ficha de anamnese<sup>6</sup>, onde é feito o levantamento dos dados sobre a história pregressa da criança e de sua deficiência: a causa, sua vida, sua rotina e os costumes desta criança, visando, com isto, oferecer algum suporte para o acompanhamento escolar bem como a contratação do Auxiliar de Apoio à Inclusão.

Dentro desta estrutura – que ora funciona, ora não funciona – qual seria de fato o papel do professor? Quais são seus limites e possibilidades diante da educação inclusiva, quando consta em sua sala de aula uma criança com deficiência?

Motivada por estas questões, decidiu-se neste trabalho discutir o papel do professor como “sujeito da inclusão” a partir da apresentação e estudo de um caso específico; de uma aluna com paraplegia espástica.

---

<sup>6</sup> Anexo 1

## 2. UM PLANO DE AÇÃO

Diante da angústia de se deparar com uma aluna com necessidades educacionais especiais, numa turma regular na educação infantil, sem saber muito bem as contribuições possíveis de uma professora para a efetiva aprendizagem dessa aluna e, conseqüentemente, sua inclusão, decidiu-se por realizar este Plano de Ação. O qual consiste em estudar um caso a partir da busca de informações, observações e ações que possam culminar em práticas que esclareçam o papel do professor como sujeito da inclusão.

Aqui passar-se-á a apresentar e discutir um caso a partir da descrição do dia-a-dia, observações e entrevistas – com professoras da Educação Infantil que possuem alunos com deficiências em suas salas, com auxiliares de apoio à inclusão, mãe da criança do estudo de caso e também com a criança que estimulou a realizar este trabalho de pesquisa sobre inclusão escolar.

Trata-se, portanto, de um trabalho com uma estrutura de pesquisa qualitativa apoiada numa estrutura de pesquisa participante, voltada e preparada para a realização de um estudo de caso descritivo e observacional. O estudo de caso é uma categoria de pesquisa que permite o profissional observar, entender, analisar e descrever uma determinada situação real.

Segundo NEVES (2006), “O estudo de casos consiste na observação detalhada de um contexto, um indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (*apud* MERRIAN citado por BOGDAN 1994, p.89). Sua relevância se encontra na oportunidade de fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitadora que os resultados atingidos podem permitir, bem como formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

O estudo de caso, aqui realizado, foi planejado a partir do desenvolvimento de um plano de ação, dentro da instituição de ensino, em uma determinada sala de aula, através da observação e descrição do processo de aprendizagem e desenvolvimento de uma determinada criança junto com seus pares.

A turma escolhida constou de vinte crianças de 4 anos a 5 anos e foi escolhida sob o critério de ter entre os alunos uma criança com Paraplegia Espástica. Além disso, era a turma que estava sob a responsabilidade da autora

deste trabalho, como professora referência, durante o período da pesquisa, no ano de 2014. O que facilitaria a execução do estudo, bem como poderia gerar contribuições reais para os processos de ensino-aprendizagem referentes a essa criança em sala de aula. Outro facilitador para a realização da pesquisa é que a turma e a aluna em questão, foram acompanhadas pela mesma professora regente por 2 anos.

A criança com Paraplegia Espástica realizava as mesmas atividades e conseguia um resultado satisfatório junto a seus pares; não sendo contemplada com nenhum apoio escolar paralelo dentro da escola.

Para iniciar o estudo de caso começou-se por observar minhas práticas pedagógicas diante de uma criança com deficiência motora e como os demais atores da instituição de ensino (auxiliares de apoio à inclusão, demais professores e a própria família da criança em questão) comportavam-se com essa situação de incluir alunos com necessidades especiais na escola.

A partir das observações, surgiram dúvidas que precisavam ser esclarecidas, criando a iniciativa de lançar mão do questionário como instrumento de pesquisa. Aplicaram-se questionários a todas as professoras da UMEI, trabalhadoras do turno da manhã, que tinham alunos de inclusão. O mesmo questionário foi aplicado para as auxiliares de inclusão, embora com questões mais específicas às suas atividades. Todos os questionários foram aplicados mediante autorização preenchida e assinada pelos envolvidos no processo.

Em seguida, aplicou-se um questionário também na mãe da aluna. E, em função de suas dúvidas diante de algumas questões presente no mesmo, decidiu-se acrescentar o recurso da entrevista, com a finalidade de esclarecer suas incertezas sobre o questionário. A mãe também preencheu o formulário com a autorização para a realização da pesquisa

Após os questionários aplicados, recorreu-se também aos relatórios médicos da aluna, disponíveis na secretaria da escola, para se ter acesso às informações em relação às possibilidades de aprendizagem dessa aluna.

A fim de se resguardar sua identidade e de sua família, atendendo aos procedimentos éticos de pesquisa, nesse trabalho passará a ser chamada de Mariana. Os demais profissionais da UMEI, bem como sua mãe, não terão seus nomes revelados.

## 2.1 A Paraplegia Espástica

De acordo com Lima & Fonseca (2004), as paraplegias ocorrem quando as vias motoras e sensitivas que percorrem a medula espinhal são interrompidas por um acidente ou outro motivo qualquer, geralmente no nível da coluna dorsal ou lombar. Essas interrupções podem ser completas ou incompletas, levando assim a diferentes repercussões e sintomas. As paraplegias levam à perda de controle motor e da sensibilidade dos membros inferiores e/ou de toda a parte inferior do corpo. Quanto maior for a lesão, maior será a área do corpo comprometida. Podem ser reversíveis, quando causada por uma compressão medular ou doença infecciosa curável, e irreversíveis, quando causadas por um corte transversal da medula ou por causas congênicas irremovíveis.

As paraplegias podem ser flácidas, com perda de tônus muscular, anestesia cutânea e a abolição dos reflexos tendinosos.

E podem ser espásticas, com hipertonia muscular; significando o quadro mais frequente, correspondendo em até 70% dos casos.

A paraplegia espástica infantil é uma doença congênita que surge devido a lesões cerebrais que ocorrem durante o parto ou por alterações no desenvolvimento do cérebro. Na criança espástica, ocorre um aumento de resistência ao estiramento que pode diminuir abruptamente. A espasticidade aumenta com a tentativa da criança em executar movimentos, o que faz com que estes sejam bruscos, lentos e anárquicos. Os movimentos são excessivos devido ao reflexo de estiramento estar exagerado (LIMA e FONSECA, 2004).

Quanto ao grau das limitações, ligados ao transtorno, este pode ser leve, permitindo à criança movimentar-se com independência, realizar atividades motoras finas (desenhar, encaixar, recortar etc.) e ainda fazer certo uso da fala. Isso, somado ao seu desempenho intelectual, favorece a boa adaptação social e a aprendizagem acadêmica.

Pode ser moderado, apresentando maiores dificuldades de locomoção, sendo necessário suporte material e/ou humano. Nesse caso, a motricidade fina é limitada, executando atividades sem muito domínio do freio inibitório, repercutindo por vezes

também na fala; o que costuma demandar maior assistência e dificultar o bom desempenho escolar.

E pode ainda ser severo, causando dependência total ao nível da motricidade grossa e fina; além da linguagem e fala comprometidos e, por vezes, comprometimento mental.

Apesar de tais classificações, cabe ressaltar que cada criança acometida por paraplegia espástica apresenta seus limites e possibilidades. O que demanda, ao professor, para além do conhecimento das características do transtorno, o conhecimento do seu aluno.

## **2.2 O caso Mariana**

Mariana foi matriculada na UMEI em fevereiro de 2013. Sua adaptação escolar foi difícil, pois ela chorava muito ao se separar da mãe, e, da mesma forma, a mãe também sofria com essa separação. No ano em que foi realizada a pesquisa, em 2014, Mariana encontrava-se totalmente adaptada a rotina escolar e com 4 anos de idade.

De acordo com os relatórios disponibilizados pela escola, a aluna tem diagnóstico de Paraplegia Espástica, ocorrida no parto devido a um derrame pleural. O parto foi prematuro, acontecendo quando a mãe estava entrando no 8º mês de gestação. Após o nascimento, a criança ficou internada por 45 dias.

Apresenta prejuízo ao caminhar, com alguns movimentos involuntários indiscretos. Faz uso de tutor e aplicação de Botox de 6 em 6 meses nos membros inferiores. Tem acompanhamento com fisioterapia e terapia ocupacional desde a idade de 1 ano. Além da dificuldade motora que possui, Mariana é estrábica e utiliza óculos para correção, embora sem o tampão que é recomendado para o estrabismo.

Mariana permaneceu na turma de minha responsabilidade, nos primeiros 15 dias, sem um acompanhante de apoio à inclusão. Era visível a dificuldade em se locomover pelos espaços da escola. Usando tutor nas duas pernas, nas quais apresentava grande rigidez muscular, mantinha a marcha bem comprometida e com pouco equilíbrio.

Mas apesar dessa dificuldade motora inicial, Mariana já demonstrava sinais de grande independência. Não se deixava ser guiada ou carregada no colo, e demonstrava a necessidade de exercitar seus membros inferiores utilizando-se dos recursos apreendidos em sessões de fisioterapia. Segundo informações, em seus exercícios fisioterápicos, era treinada a aprender a cair.

Com a falta de uma auxiliar de apoio à inclusão, não conseguia dividir as atenções com as outras crianças da turma, que também demandavam muito devido à pouca idade que tinham (2 a 3 anos), alguns ainda usando fralda.

Solicitei à direção da Umei que agilizasse o pedido de uma Auxiliar, pois não estava conseguindo controlar a situação sozinha. Tinha dentro de mim um medo enorme da criança ser machucada em momentos que estava atendendo outro aluno. Solicitei também que fizessem um horário especial para a aluna, de 7 às 9 horas da manhã, fora os dois dias de adaptação permitidos pela PBH. Mas foi concedido apenas uma semana de horário diferenciado até que fosse contratada a auxiliar de apoio à inclusão.

Para amenizar a falta da auxiliar, a direção sugeriu deslocar uma que acompanhava outro aluno, maior e com mais facilidade de locomoção, para a minha turma. Essa atitude gerou uma polêmica na escola, já que se estava ferindo o direito de outra criança em ter seu acompanhante. Com isso, a instância responsável encaminhou finalmente a auxiliar para acompanhar Mariana.

Passado a período de adaptação e nos anos seguintes, Mariana se socializava melhor com as outras crianças, elegendo e demonstrando suas referências de amigas, bem como as suas atividades preferidas. Relacionava-se muito bem com a sua acompanhante – a auxiliar de apoio à inclusão.

Em sala, demonstrava-se sociável e participativa, uma comunicação positiva, receptiva e expressiva, acessando oralmente o currículo proposto para a idade.

A mãe de Mariana visivelmente exigia além das capacidades da filha. Comparava em excesso o desenvolvimento da filha com o de outras crianças aparentemente sem deficiências. Não demonstrava satisfação com os progressos que a filha seguia apresentando. Em todas as conversas que tivemos, ela demonstrava não compreender que a aluna apresentava limitações, as quais deveriam ser respeitadas. E que deveriam ser buscadas novas possibilidades de recursos didáticos para essa criança.

Esta então se queixou à terapeuta ocupacional que atendia a criança, afirmando que não via progressos no rendimento escolar da filha, e que não gostaria que ela ficasse atrás das outras crianças, em relação ao desenvolvimento escolar. A terapeuta então a sugeriu que buscasse pelo o atendimento especializado, disponibilizado pela rede, o qual deveria ser indicado pela escola.

Em uma conversa informal, a mãe de Mariana me questionou sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Até então eu, professora da rede, professora de Mariana, desconhecia esse serviço oferecido pela PBH. Fato este que me deixou bastante incomodada; talvez o ponto motivador para a realização deste estudo de caso.

Quando diante desta situação, procurei saber como funcionava o AEE. Marquei uma conversa com a acompanhante de inclusão da Regional a qual a escola pertencia, responsável por todas as crianças e todas as auxiliares de apoio à inclusão. A conversa não foi muito agradável, pois me senti muito mal com o argumento que obtive a respeito do pedido de inclusão da Mariana no AEE.

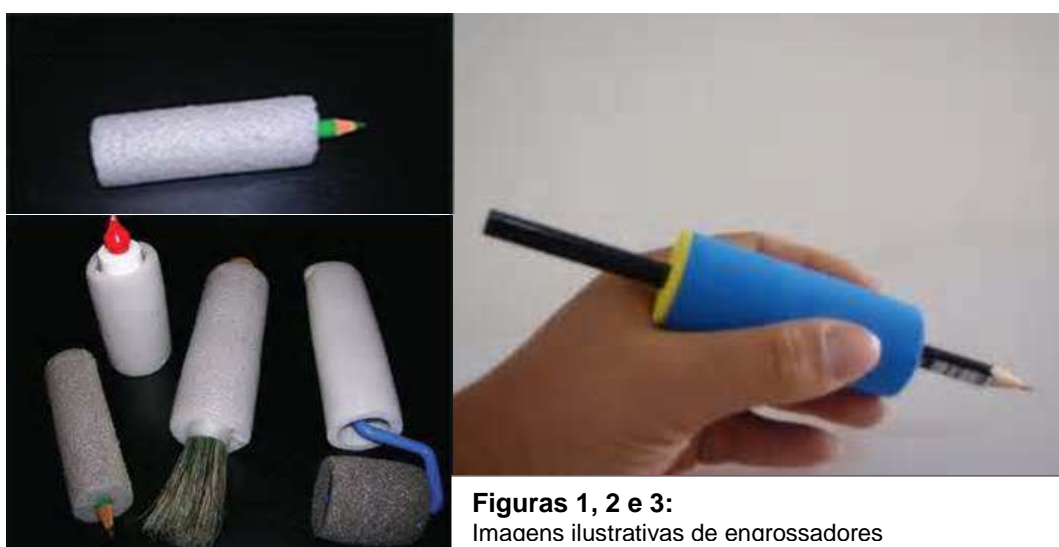
O que ouvi foi contra tudo o que li durante a realização da pesquisa bibliográfica feita para este trabalho. Foi-me dito que continuasse amando a criança; que isso era o suficiente, e que não havia muito o que se fazer pela mesma. Então, por amar Mariana e querer o melhor para ela, insisti para que ela fosse ao menos vista pela professora responsável vinculada ao AEE. O encontro aconteceu semanas depois.

Mas, pelas competências cognitivas e a desenvoltura na fala de Mariana, certamente não seria aceita no AEE. Sua vaga só foi garantida quando a professora responsável pediu que ela pegasse sua folha com desenho. Devido aos seus movimentos involuntários e bruscos, Mariana não conseguiu, pois há um grande comprometimento no aspecto motor fino. O AEE acolheu Mariana.

O atendimento era realizado no período extra turno, uma vez por semana, em uma Escola Municipal, não necessariamente a escola a que a UMEI pertence. Após o início do atendimento, passei a ter contato frequente com a professora do AEE. Com essa aproximação, consegui vivenciar estratégias de aprendizagens significativas, não só para Mariana, mas para a turma como um todo. Descobri que, para alunos com alguma deficiência, experimentar e vivenciar o conhecimento são

estratégias essenciais para seu avanço. E que isso também se aplicaria aos demais alunos.

Como a criança em questão possui um comprometimento significativo em sua motricidade fina, ao realizar atividades que envolviam a escrita ou desenho, foi-me sugerido utilizar lápis, pincel e canetão com a adaptação do engrossador. O engrossador de lápis é um recurso que permite que o aluno com deficiência realize as atividades escolares. Ele é feito com micro espuma, emborrachado ou com bola de isopor. Esses materiais facilitam a adaptação do lápis, fazendo com que o aluno tenha possibilidade de escrever ou pintar com maior autonomia.



**Figuras 1, 2 e 3:**  
Imagens ilustrativas de engrossadores

Fiquei mais atenta a respeitar o modo de registro em que a criança se sentia mais à vontade. No caso de Mariana, não segurar em sua mão para conter os impulsos involuntários de seus braços; e sim apoiar a minha mão ou a da Auxiliar de Inclusão sobre o seu braço, fazendo uma leve pressão.

Para as atividades de escrita do nome próprio, fizemos um banco de letras móveis para facilitar a identificação do registro. Nestas, a criança cola as letras para

formar seu nome ou de um colega. Essa atividade é desenvolvida com a turma toda, embora em alguns momentos, os demais alunos, utilizem como recurso de escrita o lápis comum.

O uso da folha A3, em pinturas ou desenhos livres, foi mais indicado para Mariana; pois esta necessitava ampliar os movimentos para depois, se fosse o caso, adquirir o controle sobre os mesmos.

A avaliação do desenvolvimento da aprendizagem de Mariana passou a se dar através da oralidade, seu melhor modo de expressão. Desse modo, permitindo-se analisar suas conquistas dentro de suas possibilidades, apoiando-se no princípio de que devemos assegurar o respeito às suas limitações.

### **2.3 Estudos para um caso**

Durante o processo do estudo de caso, a coleta dos dados para a pesquisa em questão deu-se a partir de ações organizadas em três etapas distintas. A primeira delas consistiu na observação do cotidiano da aluna Mariana, diagnosticada com Paraplegia Espástica.

Foram feitas observações diárias dentro e fora da sala de aula na turma à qual a criança pertencia. Durante o período de observação percebi que a aluna apresentava dificuldades ao realizar as atividades propostas. Devido ao seu comprometimento motor decorrente da Paraplegia Espástica, ela não possuía firmeza para colorir, brincar de massinha, não tinha habilidades para a escrita do nome próprio e até mesmo equilíbrio para as brincadeiras em grupo.

Apesar de todas essas limitações, Mariana demonstrava muita vontade em estar junto de seus colegas, não aceitava ficar de fora de nenhuma atividade. Sentia necessidade de pertencer ao grupo de qualquer maneira.

Mariana era um exemplo para toda a turma. Quando era excluída de alguma atividade, ela logo se manifestava dizendo que queria participar, do jeito dela. Mesmo em brincadeiras que envolvia corrida de obstáculos, trilhas, empurrar o colega no balanço e dançar.

Quando sua atividade escrita era diferenciada da turma, ela não se esforçava para fazer, ficava chateada e reclamava. Queria fazer o que os outros faziam. Assim, percebendo o interesse e a vontade de aprender que a criança apresentava, esquivando-se de suas limitações físicas, minha angústia aumentava a cada dia. Sua força de vontade me impulsionou a buscar meios de auxiliá-la em seu desenvolvimento cognitivo e motor.

Ao parar e observar a criança Mariana a partir de suas limitações físicas, encontrei uma criança alegre, com muita força de vontade em aprender; uma criança contagiante com suas histórias e emoções. E o mais importante, apesar de suas impossibilidades motoras. Ela não se deixava abater. Não havia obstáculo que a fizesse paralisar. A seguir algumas imagens de Mariana em atividades, comuns a todas as crianças, na escola.



**Figura 4:** Mariana realizando atividade com banco de letras para colagem



**Figura 5:** Circuito com bambolê



**Figura 6:** Montagens com Lego



**Figura 7:** Cama elástica



A

**Figura 8:** Apresentação na Festa Junina

etapa

seguinte consistiu na aplicação de questionários para os professores, auxiliares de apoio à inclusão e mãe da criança. As respostas e algumas análises possíveis serão apresentadas a seguir.

### **A) Questionário para professores**

Em relação aos professores, o objetivo do questionário foi levantar seus conhecimentos acerca da inclusão; conhecer os suportes pedagógicos que recebem dos órgãos competentes para trabalharem com crianças com deficiências físicas ou mentais; verificar de que maneiras atuam com esses alunos; levantar se estão a par das propostas de inclusão da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e de que maneira acontece a inclusão dentro da instituição de ensino que lecionam. Isso na tentativa de se perceber o que os professores sabem sobre a teoria e prática da inclusão e o que de fato precisam saber.

Foram distribuídos os questionários para 15 professoras da instituição de ensino que trabalham com alunos de inclusão. Foi-lhes explicado o motivo da pesquisa; bem como, juntamente à declaração de consentimento a ser assinada, a informação de que poderiam a qualquer momento se recusar a participar, caso não

tivessem o desejo de fornecer as informações. Apenas 5 das 15 professoras entregaram os questionários respondidos. O questionário abrange 13 questões que serão apresentadas a seguir:

Questão 1. Qual é o seu nome?

Os nomes não serão revelados a fim de manter o anonimato das professoras. Serão denominadas professora 1, professora 2, professora 3, professora 4 e professora 5.

Questão 2. Qual a sua formação?

A intenção dessa pergunta era verificar a formação inicial das professoras que trabalham com inclusão na instituição. E também verificar, em outro momento, qual a necessidade do professor inclusivo possuir ou não formação superior e em qual área.

A professora 1 possui Pós Graduação em psicopedagogia. A professora 2 é formada em Normal Superior – Veredas. A professora 3 é Pós graduada em Gestão escolar. A professora 4 é habilitada em Nível Médio Magistério. A professora 5 não especificou sua habilitação.

A formação dos profissionais da educação é importante para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. De acordo com RAMOS (2010), o professor deve estar preparado para sua função, promovendo o desenvolvimento de seus alunos através do conhecimento de práticas pedagógicas adequadas. Ele necessita ser especialista em sua área, pedagógica, buscando novos métodos de ensino-aprendizagem. Isso é fundamental, pois o professor que não busca novidades em suas aulas, acaba repetindo o que foi vivenciado em sua época, tornando suas aulas improdutivas.

Ramos (2010) nos faz pensar na formação do professor inclusivo quando diz que as mães dessas crianças não possuem nenhuma especialidade médica e, quase sempre, cuidam delas muito bem. Nesse sentido, para ser um professor inclusivo, antes de mais nada é necessário desejar ser.

Questão 3. Há quanto tempo atua na educação?

Professora 1 – há 20 anos; professora 2 – há 23 anos; professora 3 – há 15 anos; Professoras 4 e 5 – há 9 anos. Além de formações acadêmicas compatíveis e até mesmo muitas vezes acima do exigido pelo cargo (Magistério), as professoras apresentam bastante tempo de atuação na educação.

Questão 4. O que você entende por Educação Especial e Educação Inclusiva?

A professora 1 classifica Educação Especial como “um lugar onde tem um atendimento específico para as crianças”. E pontua a Educação Inclusiva como uma ação que permite a criança frequentar uma escola de ensino regular dando todo o suporte necessário para seu desenvolvimento.

Para a professora 2, Educação Especial é “a meu ver é onde a criança, adolescente e até mesmo adulto, passou pela escola e seu cognitivo não houve avanço e seu período de permanência na escola chegou ao limite. Onde a idade não é compatível ao ano (escolar) que lhe é permitido”. Educação Inclusiva é “quando a criança ou adolescente possui ajuda de um professor de apoio, orientando nas suas limitações e ele consegue prosseguir”.

Para a professora 3, essa modalidade de ensino compreende “uma educação que busca inserir crianças, adolescentes ou adultos no meio escolar regular ou especial. Em se tratando da escola regular, o aluno deve ser incluído à dinâmica escolar sem qualquer diferenciação.”

A professora 4 diz que é “incluir a criança especial no grupo escolar para que ela possa conviver normalmente com todos os envolvidos no contexto escolar: alunos, professores e funcionários.” Completando as opiniões, a professora 5 coloca Educação Especial como “um lugar que ajuda no processo de desenvolvimento educativo das crianças especiais.”

As professoras apresentam a ideia da educação especial ligada à escola especial, focada na limitação do aluno. E da educação inclusiva como uma escola regular que realiza a integração de crianças com necessidades especiais.

Questão 5. Já teve ou está tendo experiência com a educação Inclusiva?

Ao serem questionadas quanto à experiência com Educação Inclusiva, todas afirmaram que sim.

Questão 6. O que acha de positivo na Educação Inclusiva?

Todas concordam que a inclusão é positiva no sentido da interação com todas as crianças e comunidade escolar, conviver, tolerar e respeitar as diferenças, além de possibilitar a socialização dos alunos de inclusão com seus pares de idade em um ambiente facilitador para seu desenvolvimento físico, motor, afetivo e cognitivo. Eis o que pensam sobre inclusão as professoras:

Professora 1 - “A importância da criança interagir com toda a comunidade escolar, e a escola como um todo conviver com as diferenças.”

Professora 2 - “Os alunos se relacionam de igual para igual, independentemente de sua deficiência.”

Professora 3 - “A possibilidade de socialização do aluno de inclusão. A interação desse aluno com os colegas em geral.”

Professora 4 - “A criança especial precisa aprender a conviver com o meio, isso facilita seu aprendizado e conscientiza sobre a importância de aceitar e aprender a lidar com as diferenças.”

Professora 5 - “É importante e positivo permitir que a criança participe e tenha a oportunidade de se desenvolver e se relacionar em uma escola regular.”

De acordo com as respostas destas professoras, é possível perceber que valorizam a educação inclusiva no sentido da convivência com as diferenças. Praticamente não se referem às questões relacionadas ao aprendizado.

Questão 7. O que você acha de negativo na Educação Inclusiva?

Professora 1 – “Em termos teóricos, a educação inclusiva é bem funcional, mas é válido ressaltar que na prática escolar está longe de ser verdadeiramente inclusiva, devido à falta de preparo profissional.”

Professora 2 – “Quando tem um professor de apoio, não tem o lado negativo, pois existe uma ajuda.”

Professora 3 – “A forma como que a mesma é desenvolvida na escola. Às vezes não acontece como deveria e acaba por excluir o aluno. Questões relacionadas a espaço físico, as pessoas preparadas para trabalhar com essas crianças. Existe uma defasagem nesse atendimento de acordo com a realidade dos estabelecimentos públicos de ensino. Essa é uma questão social que ainda precisa ser muito discutida.”

Professora 4 – “O negativo é quando não se tem profissionais devidamente qualificados para trabalharem com as crianças.”

Professora 5 - “Além dos cuidados pessoais as crianças devem ter um auxílio maior que ajude no seu desenvolvimento. Muitas vezes os profissionais não estão devidamente preparados.”

Ao tratarem dos aspectos negativos, todas se referem à falta de preparo profissional e, em especial, de um profissional preparado para auxiliar nos processos

de desenvolvimento do aluno.

Questão 8. Na sua formação profissional, você recebeu instruções/ orientações de como lidar com alunos de inclusão?

Em suas formações acadêmicas apenas a professora 3 afirmou ter tido uma disciplina no 6º período da faculdade sobre o tema Inclusão. Muito das experiências adquiridas ao longo dos anos de magistério, aprenderam com a troca de ideias com outros colegas, pesquisas e até mesmo na prática do dia a dia. Pouco sabem sobre as ações para a inclusão vigente na PBH, apenas que as crianças com deficiências necessitam de um auxiliar de apoio a inclusão.

Questão 9. Qual a proposta da PBH com relação à Inclusão?

Diante da questão sobre a política de inclusão da PBH desconhecem os caminhos que a inclusão percorre na rede, desconhecem os direitos que as crianças possuem de serem assistidas pelo AEE, apenas que as crianças com deficiências necessitam de um auxiliar de apoio a inclusão.

Questão 10. A equipe de inclusão da PBH (Gerência de Coordenação Pedagógica e de Formação – Núcleo de Inclusão Escolar das pessoas com deficiências) oferece algum subsídio ao seu trabalho com crianças deficientes?

A professora 3 disse que já viu a equipe de inclusão visitar a UMEI algumas vezes (2 vezes em um mês)

Questão 11. Você possui um auxiliar de inclusão em sua sala de aula?

Foram unânimes na resposta. Todas possuem uma Auxiliar de Apoio a Inclusão.

Questão 12. De que maneira esse profissional atua com crianças de inclusão?

Professora 1 - “Uma atuação mais voltada para os cuidados com a criança.”

Professora 2 - “Com parceria e adequando os exercícios dados de modo que ele consiga fazer e entender.”

Professora 3 - “Aparentemente percebo que existe apenas um auxílio em relação a parte física (mobilidade em geral) e não da parte cognitiva.”

Professora 4 – “Atua na parte dos cuidados. Auxilia sempre que necessário.”

Professora 5 – “Auxiliando em suas necessidades.”

Pelas respostas obtidas nas questões de número 8 a 12, torna-se possível perceber que as professoras possuem poucas informações em relação ao trabalho

numa educação inclusiva, sejam advindas da formação acadêmica, ou advindas da rede de ensino em que lecionam. De modo geral, conhecem o direito em relação à presença de um auxiliar de apoio à inclusão, mas, de certa forma, enfatizam que esse profissional auxilia apenas no cuidado em relação a essa criança. Ou seja, não contribuem naquilo que gostariam – na parte pedagógica.

Questão 13. De que maneira é feita a inclusão em sua escola?

Professora 1 – “A acompanhante de inclusão especificamente cuida da criança (necessidades corporais, mas nada cognitivo), mas é de suma importância que ela seja parte do processo educativo da criança.

Professora 2 – “Com a ajuda dos profissionais da educação inclusiva, em sala de aula.

Professora 3 – “Os alunos de inclusão são inseridos no cotidiano escolar como todos os outros. Não existe nenhuma diferenciação, a não ser os limites que a própria criança apresenta.”

Professora 4 – “Tem uma acompanhante para cada criança que a auxilia em suas necessidades gerais.”

Professora 5 - Não respondeu.

Ao descreverem o processo de inclusão em suas salas de aula, três professoras fazem referência à presença do auxiliar (denominado como acompanhante) em sala de aula. Apenas a professora 3 descreve o ambiente inclusivo da sala de aula.

É notória a importância da presença desse auxiliar em sala, mas parece que a inclusão, na visão das professoras, fica atrelada ao papel desse profissional. Sendo este relacionado aos aspectos referentes aos cuidados, comunicação e locomoção, a educação inclusiva fica de fato relacionada ao contato social das crianças e não às possibilidades de aprendizagem.

Ao apresentarem que seus conhecimentos acerca da educação inclusiva são advindos da “troca de ideias com outros colegas, pesquisas e até mesmo na prática do dia a dia”, nos demonstram que mesmo que haja muitos desafios e tensões ao lidar com o desconhecido, a escola pode se constituir em um espaço de conhecimento capaz de torná-lo acessível a todos e garantir a criação de alternativas para que ocorra a aprendizagem de todos de acordo com seu ritmo de desenvolvimento.

## **B) Questionário para auxiliares de apoio à inclusão**

Em relação às auxiliares de apoio à inclusão, o objetivo do questionário foi levantar seus conhecimentos acerca da inclusão; conhecer os suportes que recebem dos órgãos competentes para trabalharem com crianças com deficiências físicas ou mentais; verificar de que maneiras atuam com esses alunos; levantar se estão a par das propostas de inclusão da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e de que maneira acontece a inclusão dentro da instituição de ensino que lecionam. Isso na tentativa de se perceber o que esses profissionais sabem sobre a teoria e prática da inclusão e o que de fato precisam saber.

Os questionários foram distribuídos para 5 auxiliares de apoio à inclusão e apenas 2 retornaram com os mesmos. Foram-lhes esclarecidos os objetivos da pesquisa, e entregue a declaração de consentimento para que assinassem; e além disso, foram também informadas de que poderiam a qualquer momento se recusar a participar, caso não tivessem o desejo de fornecer as informações. O questionário possui 13 questões abertas e que serão descritas a seguir.

Questão 1. Qual é o seu nome?

Os nomes não serão revelados a fim de manter o anonimato das Auxiliares de apoio a Inclusão. Serão denominadas Auxiliar 1 e Auxiliar 2.

Questão 2. Qual a sua formação?

A Auxiliar 1 estava cursando o 6º período de Pedagogia e a Auxiliar 2 possuía nível médio de ensino.

Questão 3. Na sua formação você recebeu instruções/orientações de como lidar com alunos de inclusão?

A Auxiliar 1 respondeu que não. A Auxiliar 2 faz referência à formação oferecida na rede: “Na formação, a gente vê através de vídeos e textos as dificuldades que os portadores de deficiências passam. Seria interessante se tivesse treinamentos e cursos mais específicos para cada tipo de deficiência, para a gente saber lidar com todas as crianças.” Desse modo, demonstrando que tal formação deveria ser composta de mais informações em relação às especificidades dos alunos em relação às suas necessidades especiais.

Questão 4. O que você entende por Educação Especial e Educação Inclusiva?

Auxiliar 1 – “Escola Especial atenderia crianças especiais com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar. Educação Inclusiva é a inserção do deficiente em escola regular e com acompanhamento e orientações específicas para suas necessidades. ”

Auxiliar 2 – “Educação Especial é a escola que atende as pessoas com deficiências. E Educação Inclusiva é aquela que inclui essas pessoas deficientes com os demais. ”

Ambas, assim como as professoras, apresentam a ideia da educação especial ligada à escola especial, focada na limitação do aluno. E da educação inclusiva como uma escola regular que realiza a integração de crianças com necessidades especiais.

Questão 5. O que você acha de positivo na Educação Inclusiva?

Auxiliar 1 – “Sim, é uma forma da criança não ser segregada. ”

Auxiliar 2 – “A proposta de inserir as crianças com deficiências no ensino de qualidade, para que elas tenham os mesmos direitos. ”

A resposta da Auxiliar 2 chama a atenção por se tratar de direito ao acesso à educação de qualidade. Essa premissa da Educação Inclusiva não foi citada por nenhuma professora, nem pela outra Auxiliar que respondeu ao questionário.

Questão 6. O que você acha de negativo na Educação Inclusiva?

Auxiliar 1 – “A falta de formação dos profissionais e a falta de materialidade para se trabalhar com esse público. ”

Auxiliar 2 – “A não preparação das escolas e dos profissionais. ”

Ambas, assim como as professoras, citam a formação e informação; mas acrescentam ainda a estrutura material.

Questão 7. Qual a proposta da PBH com relação à inclusão?

Auxiliar 1 – “A criança deve ser matriculada em uma escola normal evitando assim que a mesma não fique restrita somente ao seu ambiente familiar. ”

Auxiliar 2 – “É garantir o direito das crianças com deficiências nas escolas públicas regulares. ”

As Auxiliares destacam apenas o fato de as crianças serem matriculadas em escolas regulares; não se referindo a nenhum aspecto pedagógico.

Questão 8. A equipe de inclusão da PBH (Gerência de Coordenação Pedagógica e de Formação – Núcleo de Inclusão Escolar das pessoas com deficiências) oferece algum subsídio ao seu trabalho com crianças com deficiência?

Auxiliar 1 – “Não. ”

Auxiliar 2 - Não respondeu.

Questão 9. Você encontra alguma dificuldade nas suas atividades junto à criança de sua responsabilidade?

Auxiliar 1 – “Sim. Falta de materiais e formações na área pedagógica. ”

Auxiliar 2 – “Sim. ”

Pela resposta da Auxiliar 1, percebe-se sua ideia ou desejo de participação com uma função pedagógica junto às crianças.

Questão 10. Você tem recebido apoio pedagógico durante o período que exerce suas funções?

Auxiliar 1 – “Não. ”

Auxiliar 2 – “Sim. ”

Questão 11. De que maneira é feita a inclusão na sua escola?

Auxiliar 1 – “O aluno chega na instituição e é entregue ao seu acompanhante.”

Auxiliar 2 – “É acolher todas as pessoas, sem exceção, independentemente de cor, classe social, condições físicas e psicológicas. ”

Quanto às auxiliares de apoio à inclusão procurou-se evidenciar a formação que recebem em serviço e as dificuldades enfrentadas no trato com essas crianças. Bem como seus conhecimentos acerca de suas funções em sala de aula.

Ao serem questionadas sobre a formação que recebem em serviço, percebem a dificuldade em lidar com a inclusão pois a formação que é dada pela Regional é pouco prática. Que nessas formações pouco coisa é discutida sobre o lidar com as crianças especiais.

Dentre as dificuldades em trabalhar com esse público, falam da precariedade de materiais para uso no dia a dia com as crianças (por exemplo, luvas, materiais pedagógicos adequados e adaptadores).

Pelas respostas das sete participantes – professoras e auxiliares, percebe-se que não é claro que a função dessas últimas é para garantir a acessibilidade ao trabalho pedagógico da professora. Professoras parecem demandar funções

pedagógicas nesse cargo e auxiliares parecem também tentar exercer essa função. Chama-nos a atenção a recusa em participar da pesquisa – 67% das Professoras e 60% das auxiliares convidadas. Talvez a solicitação da identificação pelo nome possa ter contribuído para tal recusa. Fato que também nos chama a atenção, pois a opção pelo silêncio em relação ao tema também pode nos convidar a pensar sobre os desencontros na compreensão dos processos de uma educação inclusiva.

O professor e a auxiliar exercem um papel muito importante na Educação Inclusiva. A criança quando chega à escola, chega ansiosa para conviver com seus amigos e também ávidas por conhecimentos.

Percebe-se certa inconsistência na fala das auxiliares ao serem indagadas de que maneira acontece a inclusão na UMEI. A Auxiliar 1 é categórica ao afirmar que o aluno de inclusão é entregue aos cuidados dela. A Auxiliar 2 apresenta uma definição mais próxima do ideal, que é acolher todas as pessoas, sem exceção, presente nas produções teóricas sobre inclusão.

A inclusão escolar é uma oportunidade para que a criança com deficiência não se encontre à parte – realizando atividades pouco elaboradas e sem sentido. Para que essa inclusão ocorra de fato, é imprescindível reconhecer essa criança com um ser que possui direito à escolarização e a seguir criar mecanismos para que esse objetivo seja atingido.

Reconhecendo esses direitos e criando estratégias de acessibilidade, entra o papel do professor como sujeito de inclusão, que vai além da inserção do aluno no ambiente escolar juntamente com seus pares de idade.

### **C) Questionário para a mãe**

Quanto ao questionário direcionado à mãe, o principal objetivo foi ter conhecimento do histórico médico de Mariana. Também foram abordadas questões referentes à expectativa da família em relação à inclusão na UMEI, bem como ao desenvolvimento escolar da aluna. Foi entregue à mãe, para assinatura, uma autorização para o uso do material colhido pelo questionário. Também foi comunicada de que a qualquer momento poderia desistir da pesquisa mãe levou o questionário para casa, mas ficou com dúvidas em relação algumas questões e marcamos uma entrevista.

Questão 1. Qual é o seu nome?

O nome não será revelado a fim de manter o anonimato da mãe. Será referida como mamãe.

Questão 2. Quantos filhos possui?

Mamãe – “Um. ”

Segundo ela, psicóloga da Mariana a sugeriu que engravidasse novamente. Essa sugestão era para que tivesse outra preocupação que não fosse a Mariana. Mas esta é categórica ao afirmar que não quer ter mais filhos.

Questão 3. Como foi a gravidez da Mariana? Teve algum problema de saúde que pudesse afetar o desenvolvimento da criança?

Mamãe – “A gravidez foi boa e não enfrentei nenhum problema. ”

Essa pergunta foi realizada no sentido de se levantar possíveis sequelas que pudessem se somar à Paraplegia Espástica.

Questão 4 O que aconteceu na gestação da Mariana para que ficasse com comprometimento motor?

Mamãe – “No último ultrassom, no 8º mês, o médico viu que havia uma mancha no pulmão dela. Ele passou para um especialista que verificou que não era uma mancha e sim um líquido, um derrame no pulmão direito indo para o esquerdo. O médico pediu que tirasse a Mariana antes da hora para evitar que entrasse em trabalho de parto. O que poderia ser feito por ela só depois que nascesse. Se fosse até o quinto mês dava para tirar o líquido do pulmão com a criança dentro da barriga.”

Questão 5. Qual o diagnóstico médico que Mariana possui?

Mamãe – “Mariana nasceu com derrame pleural e a causa não foi diagnosticada, os médicos não conseguiram descobrir a causa. O comprometimento motor dela veio porque ela ficou muito tempo entubada e em algum momento faltou oxigênio no cérebro. Foi diagnóstica com Paraplegia Espástica quando fez um ano de idade. ”

Questão 6. Qual tratamento Mariana faz? Por convênio médico ou pelo SUS?

Mamãe – “Fisioterapia e terapia ocupacional pelo SUS. ”

Questão 7. Como foi a adaptação da Mariana na rotina escolar?

Mamãe – “Ótima, ela adora ir para a escola. ”

Questão 8. A equipe de inclusão da PBH (Gerência de Coordenação Pedagógica e de Formação – Núcleo de Inclusão Escolar das pessoas com deficiências) oferece algum apoio em relação ao desenvolvimento da Mariana?

Mamãe – “Não, eles nunca prestaram nenhum serviço à minha filha”.

Essa questão visa reforçar a demora ao atendimento do AEE no caso Mariana. Mesmo com suas limitações, laudos médicos e relatórios de acompanhamentos fisioterápicos, ela quase não foi aceita pelo AEE.

Questão 9. O que você entende por Educação Inclusiva?

Mamãe – “É muito bom por tratá-la em escola normal, não a fazendo sentir-se inferior e diferente dos outros alunos. ”

Questão 10. Qual suporte Mariana recebe no AEE?

Mamãe – “Recebe o atendimento e acompanhamento de uma psicóloga. ”

Questão 11. Esse atendimento contribui para o desenvolvimento satisfatório da Mariana?

Mamãe – “Sim, muito. ”

Questão 12. Qual a sua expectativa em relação ao desenvolvimento educacional da Mariana?

Mamãe – “Expectativa que ela evolua cada dia mais”

Diante da angústia do rendimento escolar da Mariana, as constantes comparações com crianças da idade dela, a mãe ao final conseguiu entender que a Mariana necessita de um tempo maior para seu desenvolvimento cognitivo e motor. Aceitou com muito esforço os recursos de acessibilidade ofertados a sua filha, mas chegou a um consenso de alternar esses recursos com métodos tradicionais. Conversando com a mãe ao longo da pesquisa, ela relatou sua decisão em relação ao uso da linguagem escrita com Mariana. Por exemplo, um dia ela utiliza do banco de letras para escrever as palavras e no outro quer que ela escreva. Ela segue as orientações do AEE, mas também exige uma rotina escolar normal à Mariana, para que ela não se sinta inferior às outras crianças da turma.

A mãe reconhece os serviços de inclusão prestados pela rede, embora afirme que haja demora para um atendimento especializado para os problemas que Mariana apresenta. E que a única assistência oferecida é a presença junto às crianças de uma auxiliar de apoio à inclusão. O atendimento no AEE não foi sugerido por nenhum órgão competente da PBH. A mãe ficou sabendo a partir da

orientação da Terapeuta Ocupacional que acompanha a Mariana, e mesmo assim demorou muito para que ela fosse incluída no AEE.

Cabe destacar, as respostas da mãe indicam uma aposta no desenvolvimento da filha, solicitando os recursos necessário para tal, os quais reconhece como direito da Mariana. Apesar de sua ansiedade (talvez similar à ansiedade de muitas mães de crianças sem necessidades especiais), sua postura contribui para os processos de uma educação inclusiva.

Paralelamente à etapa de entrevistas, foram realizadas intervenções pedagógicas com toda turma a fim de que Mariana pudesse se perceber como parte integrante do grupo. Os recursos de acessibilidade ora eram utilizados pela aluna, ora pela turma toda. E, sempre que possível, as atividades eram elaboradas de maneira que todos participassem ativamente. Mariana realizava as atividades conjuntamente com seus pares.

Ao receber a aluna em sala de aula minha prática consistia em cuidar para que ela não se machucasse. A melhor maneira encontrada para isso foi deixá-la de lado das atividades. Não permitia que a criança experimentasse seus limites e possibilidades. O medo e a responsabilidade em cuidar de uma criança deficiente em sala paralisaram minha prática pedagógica.

Mariana me cobrava quando eu a deixava sentada em sua cadeira enquanto a turma estava brincando, pintando ou desenhando. Quando ela se manifestava entregava para ela massinha de modelar, para estimular a coordenação motora. Não me permitia conhecer os desejos daquela criança. Ela estava ali apenas para socializar, com os colegas que sentavam com ela. Não me sentia confortável com essa situação, mas era essa prática que vivenciei nas escolas em que trabalhei até o momento.

Ao iniciar meus estudos no Curso de Pós-Graduação Laseb, a coordenadora do curso lançou a pergunta chave para a distribuição de grupos para realização o TCC. A pergunta foi bem objetiva, para mim. Era para relatarmos o que nos incomodava em nossa prática pedagógica e que poderia vir a ser um objeto de estudo.

O que me incomodava era a maneira que acontecia a inclusão dentro do ambiente escolar. Qual era de fato o papel do professor diante da inclusão escolar?

Percebi que o meu medo não era maior que meu desejo. Todas as vezes que Mariana me alertava quanto a presença dela, percebi que necessitava mudar minha conduta enquanto professora, sujeito de inclusão.

O primeiro passo para a mudança foi conhecer a aluna. Saber da sua história de vida e seus desejos. Conhecer seus medos, angústias em relação ao ambiente escolar.

Descobri que Mariana possuía uma grande vontade de viver. Que, apesar de suas limitações físicas, ela tinha outras tantas habilidades que deixava para traz sua deficiência.

O segundo passo em busca de práticas inclusivas foi perceber que os alunos não podem ser classificados ou rotulados por serem diferentes. Enquanto professores devemos conhecer e valorizar a diversidade, incentivar e promover o respeito mútuo.

O terceiro passo foi organizar o currículo permitindo a diversificação e suas adequações às necessidades individuais e culturais das crianças.

Todas as atividades realizadas em sala eram pensadas de maneira que Mariana pudesse participar. O fato de apresentar algumas limitações não impede que uma pessoa com uma menor mobilidade jogue ou brinque utilizando seu corpo, é apenas uma questão de ajustes. Mesmo com poucos recursos é importante oferecer adaptações em determinadas atividades.

Durante o deslocamento nos espaços da Umei, as crianças iam em dupla. Uma apoiando a outra. As duplas eram revezadas com a intenção de que todos se ajudassem.

Ajudante do dia sempre de dois a dois, para que a Mariana em seu dia não percebesse que precisava de ajuda para entregar alguma coisa a alguém. Enquanto um colega entregava a massinha, o outro recolhia. Um entregava o caderno de para casa e o outro a agenda.

Mariana tinha como espaço predileto na Umei o parquinho. Não gostava de dividir a gangorra com ninguém. E sempre queria ser empurrada. Quando uma criança manifestava o desejo de ir na gangorra, Mariana era colocada na casinha pela Auxiliar de Apoio a Inclusão. Conversamos em sala, na rodinha, se era correto apenas uma pessoa ficar na gangorra. Todos gostam de ser empurrados e empurra, alguém gosta?

Uma criança que sempre ficava no balanço com Mariana relatou que os braços doíam quando tinha que empurrar a colega. Mariana ficou quietinha, não se pronunciou. Por fim ela disse “sabe professora, você sempre me colocou no balanço e eu não posso correr pelo parque para não me machucar. Eu quero empurrar a colega, mas eu não dou conta. Não gosto de ficar na casinha. ”

Para resolver o problema da divisão da gangorra, passamos a utilizar a contagem até 20. Enquanto um gangorrava, os outros alunos contavam. Todos se revezaram entre empurrar e ser empurrado. Quando era a vez da Mariana empurrar, escolhíamos uma criança mais leve e a contagem era feita em duas etapas, para que ela não perdesse o equilíbrio.

Para tornar inclusiva uma brincadeira basta algumas mudanças nas regras ou acessórios utilizados.

Nas atividades com pintura, Mariana sempre fazia com as mãos. Já as demais crianças utilizavam o pincel. Como para a escrita ela usava engrossadores de lápis, propôs as crianças para que todos experimentassem pintar com os engrossadores. Foi muito bacana esse momento pois Mariana ficou feliz ao ver que um instrumento que era utilizado apenas para escrever seu nome ser manuseado por seus colegas.

Então confeccionamos para cada criança seu adaptador para pincel. Cada um escolheu sua cor. Observei que ao utilizarem os engrossadores todos os alunos apresentaram mais firmeza nos traços. Então, toda aula com pintura, usamos os engrossadores.

A partir do desempenho de Mariana, bem como da melhor percepção do processo dessa aluna em sala, percebeu-se que talvez o dado mais relevante para se compreender o lugar do sujeito de inclusão ainda não havia sido levantado. Este seria colhido a partir da fala da própria criança. Diante disso, como atividade final para o estudo desse caso, decidiu-se por entrevistá-la.

#### **D) Entrevista com Mariana**

Questão 1. Quantos anos você tem? Em que “ano” você está?

Mariana: “Eu tenho 5 anos. Estudo na Umei. ”

Questão 2. O que você quer ser quando crescer?

Mariana: “Quero ser Doutora, vou cuidar de criança, menino e menina. ”

Questão 3. O que você acha da sua escola?

Mariana: “Acho linda. ”

Questão 4. O que você mais gosta em sua escola? Por quê?

Mariana: “Tomar café, almoçar, gosto de brincar lá no parquinho de escorregador e da Poliana. ”

Questão 5. E o que você menos gosta na sua escola? Por quê?

Mariana: “Estou triste com a Poliana, pois ela não está vindo na escola. A minha mãe diz que vai reclamar para mandar outra acompanhante. Não gosto de ficar sozinha. ”

Questão 6. Você vai ao AEE? Gosta de ir? Por quê? O que faz lá? Você acha importante ir ao AEE? Por quê?

Mariana: “Vou. Hoje eu vou no AEE. De rasteirinha. Minha mãe colocou um elástico para não soltar do meu pé. Gosto de ir no AEE porque gosto muito da professora de lá. Eu brinco, leio livro e estudo. Acho importante, acho lindo!

Questão 7. Você gosta dos coleguinhas? Por quê? Você brinca com eles? De quê?

Mariana: “Sim, gosto de todos. E da menina nova, mas eu não sei o nome dela. Eu brinco muito no parquinho e na sala. ”

Questão 8. Você consegue fazer tudo o que seus coleguinhas fazem? Por quê?

Mariana: “Consigo. Faço tudo o que eles fazem porque gosto deles. ”

Questão 9. Você gosta da auxiliar? Ela te ajuda? O que ela faz? Você precisa dela? Por quê?

Mariana: “Gosto, ela me ajuda almoçar, tomar café, estudar e em um monte de coisas. Eu preciso dela, mas ela não veio hoje. Ela me ajuda a andar pela escola

Questão 10. Você gosta de sua professora? Por quê?

Mariana: “Gosto de você. ”

Questão 11. Você consegue aprender tudo o que ela ensina? Por quê?

Mariana: “Consigo. Quando eu for para a outra escola, vou copiar tudo do quadro que a professora passar para eu aprender e estudar na minha casa. ”

Mariana demonstra ser uma criança que tem plena consciência dos seus direitos na educação inclusiva. Reconhece-se como sujeito de aprendizagem como as outras crianças da sua turma.

Gosta da escola e seus amigos. Não se sente diferente dos colegas. Ao ser questionada se consegue fazer tudo o que seus colegas fazem, ela afirma sem receios que sim. Pelo simples fato de gostar e ser aceita pelo grupo, ela não fala de suas limitações motoras. Mas as reconhece quando fala que a auxiliar faz falta para ela, pois necessita da sua ajuda para se locomover pela escola e também no atendimento de suas necessidades básicas.

É enfatizado o trabalho da auxiliar quando ela relata que sente falta quando a ajudante não comparece ao trabalho. E remoção de sua auxiliar, por motivos médicos, acarretou num transtorno muito grande para ela e sua família; que queixou à Regional exigindo uma substituição, já que a criança necessita de apoio para locomoção.

A aluna possui boa relação com a professora e define o papel da mesma na inclusão. A auxiliar de apoio a inclusão atua os serviços básicos, enquanto que a parte pedagógica é exclusiva do professor. Ela fala que aprende tudo que a professora ensina e percebe que o aprendizado na Educação Infantil será importante para seus estudos futuros no Ensino Fundamental.

### 3. O PROFESSOR COMO SUJEITO DA INCLUSÃO

Com a promulgação da LDBEN/96, as redes de ensino público e privado são convocadas ao atendimento a todas as crianças, bem como adequar-se a esses objetivos. Diante disso, segundo estudos apontados por Soares (2012), a partir desse feito, um número considerável de documentos com teor didático, especificamente sobre educação especial e inclusão escolar de alunos com deficiências, foi publicado pelo Ministério da Educação (MEC), assim como por Secretarias Estaduais e Municipais de Educação em todo território nacional.

Com isso as campanhas publicitárias veiculadas pela mídia impressa e televisiva surgiram com a intenção de esclarecer a população acerca do tema. A escola, na figura do professor, foi apontada como protagonista dessa inovação. A perspectiva da inclusão ganha força de forma retórica, jurídica e pedagógica no âmbito escolar e da sociedade, sendo promovida e implementada sob diversas formas.

Em seus estudos Cury (2014) aponta que a educação é um bem público e aberto cercado de proteção, como por exemplo, A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e os pareceres e Resoluções dos Conselhos de Educação.

A educação escolar, pois, é erigida em nosso atual ordenamento jurídico como um bem público e um serviço público quando ofertada pelos poderes públicos. E por implicar o direito da cidadania na sua oferta e no desejo que se faça presente, pelos estudantes, como um exercício consciente; por qualificar para o mundo do trabalho; por ser gratuita e obrigatória na educação infantil e no ensino fundamental; por ser gratuita e progressivamente obrigatória (tornando-se obrigatória a partir de 2016), ela é dever do Estado.

(CURY, 2014, p.66)

Com tanta proteção e divulgação, o acesso à educação básica no Brasil vem sendo bem encaminhado. Logo, a qualidade do ensino ofertado se torna o maior desafio da educação brasileira. Com a divulgação e a construção de condições educacionais, registra-se o aumento no número de matrículas definidas como de educação especial, apontando para um maior acesso de alunos com as mais variadas formas de deficiências ao sistema comum de ensino.

Para a inclusão de alunos com deficiências físicas ou mentais no ensino regular, sobretudo na educação infantil, é imprescindível considerar alguns aspectos políticos e pedagógicos. Esses aspectos são definidores de condições de efetivar a realização do trabalho educacional junto a esse público alvo, ampliando as possibilidades de alunos e professores na ação de aprendizado, desenvolvimento e formação escolar.

Entre alguns problemas e queixas dos profissionais da educação, destaca-se a alegação de falta de condições de realização de um trabalho especializado, o desconhecimento quanto às formas de abordagem desses alunos bem como organizar situações de aprendizagem que beneficie suas especificidades. Em uma perspectiva relacional, as limitações e possibilidades dos alunos com deficiências ganham forma e importância.

A formação acadêmica docente apresenta legislação de caráter nacional. Sendo assim, a Resolução CNE/CP nº1 de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, licenciatura, constitui o documento mais expressivo relativo à formação do pedagogo, profissional que, entre outras atribuições e possibilidades de atuação, tais como a gestão e a pesquisa, é o responsável e habilitado a atuar na docência nas etapas da educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental - regular e da EJA<sup>7</sup>- e disciplinas específicas de caráter pedagógico do Ensino Médio.

De acordo com Soares (2012), as referidas diretrizes visam, portanto, a oferecer princípios orientadores à construção de propostas curriculares que deem suporte à formação inicial, ou seja, à base formativa de professores que, por sua vez, atuarão na base da formação escolar.

Apesar da ampla finalidade do documento supracitado, observa-se a ausência de princípios, procedimentos ou condições de ensino aprendizagem referentes ao atendimento escolar de alunos com deficiências físicas ou mentais. Há uma ambiguidade de ordem política, se as instituições investem na formação acadêmica de professores especialista em educação especial ou se preparam professores do ensino regular para atuar com os alunos advindos de classes especiais de ensino.

Para Pietro (2006, *apud* SOARES, 2012, p.83-84) a expansão do acesso de alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns, constatável

---

<sup>7</sup> Educação de Jovens e Adultos

principalmente desde a última década do século XX, demanda investimentos de diversas naturezas para também assegurar sua permanência, compreendida como aprendizagem e desenvolvimento. Para isso, a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino.

O compromisso com o ensino de qualidade deve assegurar a formação que contemple as especificidades de todos os alunos e, com esse fim, a aptidão para a revisão e elaboração de propostas e práticas de ensino, via análise de domínios de conhecimentos. De diferentes necessidades demandadas pelos processos de aprendizagem, de avaliar tendo em vista a reformulação do planejamento, de forma a aprimorar o atendimento aos alunos.

JESUS & EFFGEN (2012) faz uma reflexão de que “a formação docente qualificada pode muito, mas não pode tudo.” Há que se pensar em outros aspectos maiores que configuram os sistemas de ensino e as condições de trabalho docente.

Acima dos métodos de ensino e as teorias estudadas nos cursos de formação, é de suma importância que o professor inclusivo observe seu aluno deficiente, treine seu olhar, aproxime-se desse estudante e o conheça, entendendo que assim como os outros alunos, ele também tem sonhos e desejos. JESUS & EFFGEN alerta que nossa tarefa, enquanto professores sujeitos da inclusão, seria nos sensibilizarmos em busca de descobrir quais desejos em relação à escola estão presentes na vida dessas crianças.

Dois princípios são fundamentais para novas práticas pedagógicas frente à inclusão. Assumir a educação como direito social e apostar na escolarização e educabilidade de todas as pessoas. Nesse sentido, a prática docente constitui-se como um possível movimento para a significação desses alunos como sujeitos de conhecimentos. Deixar de lado estereótipos relacionados à aprendizagem. De um saber pronto e acabado.

Mrech (2003, p.20) afirma que:

(...) A sociedade contemporânea é a sociedade dos estereótipos. Das crenças prévias. De como as pessoas devem pensar e sentir. De como as mães devem ser. De como os professores devem se relacionar com seus alunos. De como os alunos devem se relacionar com seus professores.

Os estereótipos trazem uma forma padronizada da realidade. Mrech (2003, p.20) enfatiza que “os professores aprenderam a pensar tradicionalmente os seus

alunos de uma determinada maneira. O que eles não perceberam, ou perceberam e não puderam fazer nada frente a isso, é que os alunos estavam em outro lugar. ”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das análises dos questionários aplicados às professoras, auxiliares de apoio à Inclusão, à mãe da Mariana e também da entrevista com a própria criança, percebe-se que este trabalho me fez refletir sobre qual seria realmente o papel do professor perante a inclusão.

A pesquisa bibliográfica referente ao objeto de estudo desse trabalho foi importante para me fazer compreender que quando o trabalho com crianças com deficiência é desenvolvido em equipe, possibilita uma melhor qualidade. É importante ressaltar que o envolvimento e acolhimento da professora regente da turma, da auxiliar de apoio a inclusão e colegas de turma influenciou de forma positiva no desenvolvimento e aprendizagem da aluna em questão.

Em posse dos questionários de cada segmento fica evidente as angústias que cada um tem em relação à inclusão. Fala-se muito do despreparo tanto de professores quanto auxiliares. Ambos não se sentem seguros o suficiente para trabalhar com alunos com deficiência. O professor espera que o trabalho da Auxiliar tenha um caráter pedagógico e também a auxiliar demonstra desejo de um fazer pedagógico. Embora pela legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a função dessas últimas é para garantir a acessibilidade ao trabalho pedagógico da professora.

A mãe reconhece os serviços de inclusão prestados pela rede, embora afirme que haja demora para um atendimento especializado para os problemas que Mariana apresenta. Sabe distinguir a função da professora, que é pedagógica, e da auxiliar que é mais para garantir os cuidados básicos de alimentação, higiene e locomoção da criança. A própria criança afirma que precisa da acompanhante para esses serviços e que precisa da professora para desenvolver sua aprendizagem.

O professor enquanto sujeito de inclusão não precisa ser diferente dos demais professores. A formação acadêmica é uma condição necessária, porém não é suficiente para que a inclusão ocorra de fato.

A formação continuada em serviço é uma metodologia que direciona para a reflexão do professor a respeito de sua prática e o possibilita a desenvolver ações

pedagógicas mais adequadas, de maneira que as dificuldades apresentadas pelos alunos possam ser esclarecidas, tornando suas aulas mais significativas e produtivas. Esses cursos não possuem a finalidade de ensinar ao professor o que fazer ou como proceder frente a um aluno deficiente em sua sala de aula.

O professor deve assumir sua postura diante das diversidades. Não é apenas acolher o aluno com deficiência, reconhecendo suas limitações através de um laudo médico. É preciso conhecer esse aluno que nos chega, fazendo um acolhimento adequado de forma que não fique evidenciado que incluir é tão somente tolerar a diversidade.

As dificuldades em lidar com esse tipo de aluno surgem todos os dias. Varia de escola para escola, de sala para sala, de professor para professor. Ter o diagnóstico que afirma o que o aluno tem, não nos garante que as dificuldades serão superadas.

Incluir é olhar o outro com carinho, respeitar suas limitações ao mesmo tempo que incentiva a vencê-las. Isso deve ser feito com todos, mesmo os que não possuem deficiência. A inclusão depende de cada um de nós para acontecer de fato.

Talvez o que deixe o professor mais angustiado, seja a insegurança em relação à sua inexperiência, já que nos cursos superiores aprendeu apenas a lidar com a teoria e não teve acesso às práticas pedagógicas, diretamente com alunos com necessidades educacionais especiais.

O dia a dia da escola e da sala de aula exigem que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade dos alunos. Embora muitas vezes haja uma falta de recursos básicos para que ele desenvolva seu trabalho de forma digna. É preciso levar em conta a organização dos tempos e dos espaços escolares, dos agrupamentos dos alunos e dos tipos de atividades para eles planejadas.

É de extrema importância um planejamento flexível que se adapte de acordo com necessidade e capacidade de cada um, o professor situa-se como mediador e facilitador na organização dos alunos, de forma que possibilite uma melhor interação, mesmo em níveis tão diferentes, incluindo a todos, seja na linguagem oral, linguagem escrita, matemática, natureza e sociedade ou corpo e movimento.

O professor como sujeito de inclusão deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só das

peças com deficiência e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1984)**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1984. Brasília: Senado Federal. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil)  
Acesso:25/11/2014

\_\_\_\_\_. Senado Federal, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.4024/61**. Brasília, 1961.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n. 5692/71**. Brasília, 1971.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n. 9394/96**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n. 12796/2013**. Brasília, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Direito à Educação no Brasil**: um histórico pelas constituições. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. 77p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha. 1994,

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <[www.direitoshumanos.usp.br](http://www.direitoshumanos.usp.br)>

EM NOME da razão. Documentário. Direção: Helvécio Ratton. Barbacena, Outubro, 1979. Disponível: [www.youtube.com](http://www.youtube.com).

Acesso: 30/11/2014

JESUS, Denise Meirelles de; EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, Theresinha G; GALVÃO FILHO, Teófilo A. (org.). **O professor a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. cap.1, p. 17-24.

LIMA, César Luiz Andrade, FONSECA, Luiz Fernando. **Paralisia Cerebral**, Rio de Janeiro: Guanabara, 2004.

NEVES, Libéria Rodrigues. **O uso dos jogos teatrais na educação**: uma prática pedagógica & uma prática subjetiva. – UFMG: Belo Horizonte, 2006.

PAROLIN, Isabel. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006. 236 p..

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais 2003.

Disponível em: < [www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br).>

Acesso em: 23/11/2014

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a Inclusão Escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Naur: Edur, 2010. 280 p. (Docência Doc; 1)

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática**: estratégias eficazes para a educação Inclusiva. São Paulo: Editorial Summus, 2010. 126 p.

SOARES, Maria Aparecida Leite; CARVALHO, Maria de Fátima. **O Professor e o aluno com deficiência** São Paulo: Cortez Editora, 2012. 143 p.

SOUSA, Dayse Campos de (Org). **Educação Inclusiva**: um sonho possível. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004. 202 p..

## ANEXOS



03 - SAÚDE

TOMA REMÉDIO CONTROLADO?

SIM  NÃO  QUAL \_\_\_\_\_

NÚMERO DO CARTÃO DE VACINAÇÃO \_\_\_\_\_

A VACINAÇÃO DA CRIANÇA ESTÁ EM DIA?

SIM  NÃO

QUAL MEDICAMENTO A CRIANÇA PODE USAR EM CASO DE:

FEBRE \_\_\_\_\_ DOSAGEM: \_\_\_\_\_

DOR DE CABEÇA \_\_\_\_\_ DOSAGEM: \_\_\_\_\_

MACHUCADO \_\_\_\_\_ DOSAGEM: \_\_\_\_\_

POSSUI ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR? \_\_\_\_\_ QUAL? \_\_\_\_\_

EM CASOS DE EMERGÊNCIA, QUEM DEVE SER CHAMADO? \_\_\_\_\_

PARENTESCO \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

QUAIS AS DOENÇAS QUE JÁ TEVE? \_\_\_\_\_

APRESENTA COM FREQUÊNCIA ALGUMA DOENÇA?  SIM  NÃO

QUAL? \_\_\_\_\_

A CRIANÇA TEM ALERGIA A ALIMENTOS, MEDICAMENTOS, OUTROS?  SIM  NÃO

QUAIS? \_\_\_\_\_

A CRIANÇA FAZ ALGUM TIPO DE ACOMPANHAMENTO COM:

PSICÓLOGO: \_\_\_\_\_

FONOAUDIÓLOGO: \_\_\_\_\_

PSICOPEDAGOGO: \_\_\_\_\_

OUTROS: \_\_\_\_\_

RAZÃO PRINCIPAL QUE LEVOU OS PAIS A BUSCAR ESTE ATENDIMENTO:

ALGUÉM DA CASA APRESENTA ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE FÍSICA E/OU MENTAL?

SIM  NÃO

**04 - HISTÓRICO DA CRIANÇA**

FILHO LEGÍTIMO

FILHO ADOTIVO

COMO FOI A GRAVIDEZ?

QUAL O TIPO DE PARTO?

NASCEU NO TEMPO CERTO (9 MESES)

HOUE ALGUM PROBLEMA ORGÂNICO OU EMOCIONAL QUE PUDESSE TER AFETADO O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA?

EXPLIQUE:

A CRIANÇA POSSUI ALGUNS DESSES HÁBITOS?

 RÓI UNHA USA CHUPETA USA FRALDA UTILIZA O VASO SANITÁRIO CHUPA DEDO TOMA MAMADEIRA FAZ XIXI NA CAMA USA ALGUM OBJETO DE APEGO - QUAL? \_\_\_\_\_

COMO É A ALIMENTAÇÃO DA CRIANÇA? \_\_\_\_\_

EM QUAL HORÁRIO A CRIANÇA COSTUMA DORMIR? \_\_\_\_\_ COM QUEM DORME? \_\_\_\_\_

APRESENTA ALGUM TIPO DE PROBLEMA DURANTE O SONO? \_\_\_\_\_ QUAL? \_\_\_\_\_

O QUE A CRIANÇA GOSTA DE FAZER? \_\_\_\_\_

COM QUEM ELA BRINCA? \_\_\_\_\_ QUAL A BRINCADEIRA E BRINQUEDO PREFERIDOS? \_\_\_\_\_

VÊ TELEVISÃO? \_\_\_\_\_ O QUE GOSTA DE ASSISTIR? \_\_\_\_\_

PASSEIA? \_\_\_\_\_ ONDE? \_\_\_\_\_

COM QUEM? \_\_\_\_\_

CONVIVE COM OUTRAS CRIÇAS? \_\_\_\_\_ COMO É SEU RELACIONAMENTO COM OUTRAS PESSOAS? \_\_\_\_\_

JÁ FREQUENTOU OUTRA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA?  SIM  NÃO

QUAL? \_\_\_\_\_

POR QUANTO TEMPO? \_\_\_\_\_ POR QUE PROCUROU ESSA ESCOLA/CRECHE? O QUE ESPERA DELA? \_\_\_\_\_

O QUE A CRIANÇA FAZ NOS MOMENTOS EM QUE NÃO ESTÁ NA ESCOLA? \_\_\_\_\_

QUAL O PROBLEMA QUE MAIS INTERFERE NO DIA-A-DIA DA FAMÍLIA? \_\_\_\_\_



## TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

É com imenso prazer que convidamos o (a) Sr.(a), professor(a) desta instituição, a contribuir com a pesquisa intitulada: “**O professor como sujeito de inclusão;** projeto apresentado ao curso de Pós-graduação em Múltiplas Linguagens da Educação Infantil pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob responsabilidade de Soraya Simone Martins de Araújo tendo como orientadora a Prof.<sup>a</sup> Libéria Rodrigues Neves. O objetivo da pesquisa é analisar as experiências vivenciadas cotidianamente por crianças de quatro frente à inclusão escolar bem como a atuação dos profissionais que lidam com alunos com necessidades especiais.

A coleta de dados será feita por meio de questionários. Informamos que os depoimentos coletados nos questionários serão confidenciais e utilizados exclusivamente no contexto do referido estudo. Além disso, informamos que o(a) Sr.(a) pode a qualquer momento se recusar a participar, caso não sinta o desejo de fornecer as informações.

Caso os termos acima estiverem de acordo com seu consentimento, gostaríamos que o(a) Sr.(a) lesse e assinasse a declaração abaixo:

-----

### DECLARAÇÃO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_,

declaro que li as informações contidas neste documento, fui informado(a) dos procedimentos utilizados, do sigilo das informações, e que posso a qualquer momento retirar meu consentimento, declaro ainda ter recebido um cópia do presente \_\_\_\_\_ termo.

\_\_\_\_\_  
Belo Horizonte, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2014

## ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROFESSORES

1. Qual é o seu nome?

.....

2. Qual a sua formação?

.....

3. Há quanto tempo atua na educação?

.....

4. O que você entende por Educação Especial e Educação Inclusiva?

.....

5. Já teve ou está tendo experiência com a Educação Inclusiva?

.....

6. O que você acha de positivo na Educação Inclusiva?

.....

7. O que você acha de negativo na Educação Inclusiva?

.....

8. Na sua formação profissional você recebeu instruções/ orientações de como lidar com alunos de inclusão?

.....

9. Qual a proposta da PBH com relação à inclusão?

.....

10. A equipe de inclusão da PBH (Gerência de Coordenação Pedagógica e de Formação – Núcleo de Inclusão Escolar das pessoas com deficiências) oferece algum subsídio ao seu trabalho com crianças deficientes?

.....

11. Você possui um auxiliar de inclusão em sua sala de aula?

.....

12. De que maneira esse profissional atua com as crianças de inclusão?

.....

13. De que maneira é feita a inclusão na sua escola?

.....

## ROTEIRO DE ENTREVISTA: AUXILIAR DE INCLUSÃO

1. Qual é o seu nome?

.....

2. Qual a sua formação?

.....

3. Na sua formação você recebeu instruções/orientações de como lidar com alunos de inclusão?

.....

4. O que você entende por Educação Especial e Educação Inclusiva?

.....

5. O que você acha de positivo na Educação Inclusiva?

.....

6. O que você acha de negativo na Educação Inclusiva?

.....

7. Qual a proposta da PBH com relação à inclusão?

.....

8. A equipe de inclusão da PBH (Gerência de Coordenação Pedagógica e de Formação – Núcleo de Inclusão Escolar das pessoas com deficiências) oferece algum subsídio ao seu trabalho com crianças deficientes?

.....

9. Você encontra alguma dificuldade nas suas atividades junto à criança de sua responsabilidade?

.....

10. Você tem recebido apoio pedagógico durante o período que exerce suas funções?

.....

11. De que maneira é feita a inclusão na sua escola?

.....

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA: MÃE**

1. Qual é o seu nome?

.....

2. Quantos filhos possui?

.....

3. Como foi a gravidez da Mariana? Teve algum problema de saúde que pudesse afetar o desenvolvimento da criança?

.....

4. O que aconteceu na gestação para que Mariana ficasse com comprometimento motor?

.....

5. Qual o diagnóstico médico que Mariana possui?

.....

6. Qual tratamento Mariana faz? Por convênio médico ou pelo SUS?

.....

7. Como foi a adaptação da Mariana na rotina escolar?

.....

8. A equipe de inclusão da PBH (Gerência de Coordenação Pedagógica e de Formação – Núcleo de Inclusão Escolar das pessoas com deficiências) oferece algum apoio em relação ao desenvolvimento da Rafaela?

.....

9. O que você entende por Educação Inclusiva?

.....

10. Qual suporte Mariana recebe no AEE?

.....

11. Esse atendimento contribui para o desenvolvimento satisfatório da Mariana?

.....

12. Qual a sua expectativa em relação ao desenvolvimento educacional da Mariana?